



II CINTEDI

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE
EDUCAÇÃO INCLUSIVA
II Jornada Chile Brasileira de Educação Inclusiva

ABORDAGEM DA PERSPECTIVA DO SABER FAZER SOBRE CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO DE SURDOS

Damiana Fernandes Da Cunha

(UEPB/CAMPUS-IV) - liana2005@bol.com.br

Maria José da Silva Apolinário

(UEPB/CAMPUS-IV) - mariaapolinario80@yahoo.com.br

Joana D'arc Dutra de Oliveira

(UEPB/CAMPUS-IV) - joana.dutra@hotmail.com.br

Joana Dark de Lima

(UEPB/CAMPUS-IV) - joanadarkdl@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho busca discutir a utilização do currículo na educação de surdos como forma de incluir esses alunos ao ensino regular, assim, propomos um diálogo sobre as estratégias e métodos de ensino/aprendizagem abordados no currículo. Cujo objetivo é orientar os professores nas práticas de ensino de alunos surdos com o intuito de proporcionar a esse aluno, formas adequadas de aprendizagem. Mas também iremos discutir a questão do bilinguismo, o qual propõe o ensino da língua de sinais Libras como língua materna dos surdos, e tendo como segunda língua o português brasileiro na modalidade escrita. O trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica, em que serão discutidas as percepções e polêmicas que envolvem o currículo, pois tantos os ouvintes como os surdos se divergem numa discussão acerca do currículo, que tentam mascarar a capacidade desses alunos surdos de desenvolverem de acordo com suas limitações em um ambiente que deveria acolher, em vez de dificultar seu livre acesso ao ensino regular. Assim, é preciso que o corpo docente se envolva nesta causa com engajamento e precisão, colocando o aluno surdo no centro de seus trabalhos pedagógicos, desta forma poderá incluí-lo na educação regular. Criando nos demais colegas de turma o hábito notório de se lidar com as diferenças existentes na sociedade, desta forma é necessário que currículo esteja configurado plenamente e adaptado à identidade cultural como um todo para que se possa trabalhar com estes alunos de maneira clara e objetiva. Com uma metodologia de ensino para cada série, dando ênfase as leis que garantem ao professor ter um interprete em sala para facilitar o aprendizado do aluno. O que não impedi o uso de recursos destinado para cursos de capacitação de professores, tornando provável o letramento e interpretação do conteúdo por parte do aluno surdo.

Palavras-chave: Currículo, Aluno surdo, Inclusão.

ABSTRACT

This paper discusses the use of the curriculum in deaf education as a way to include these students to regular education, so we propose a dialogue on strategies and teaching / learning methods covered in the curriculum. Whose goal is to guide teachers in deaf students teaching practices in order to provide this student, appropriate forms of learning. But we will also discuss the issue of bilingualism, which

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br



II CINTEDI

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE
EDUCAÇÃO INCLUSIVA
II Jornada Chile Brasileira de Educação Inclusiva

proposes the Libras sign language teaching mother tongue of the deaf, and having as a second language Brazilian Portuguese writing mode. Work it is a literature search, which will be discussed perceptions and controversies involving the curriculum, as many listeners as the deaf to diverge in a discussion about the curriculum, trying to mask the ability of these deaf students to develop according with its limitations in an environment that should accommodate, rather than hindering their free access to regular education. Thus, it is necessary that the faculty get involved in this cause with commitment and precision, putting the deaf student in the center of his pedagogical work, this may include it in regular education. Creating in the other classmates the notorious habit of dealing with the differences in society, so it is necessary that the curriculum is fully configured and adapted to cultural identity as a whole so that we can work with these students in a clear and objective manner. With a teaching methodology for each series, emphasizing the laws that guarantee the teacher to have an interpreter in the classroom to facilitate student learning. What does not prevent the use of funds intended for teacher training courses, making it likely the literacy and interpretation of the content by the deaf student.

Keywords: Curriculum, deaf student, Inclusion.

INTRODUÇÃO

O currículo é uma ferramenta bastante usada pelos educadores que buscam práticas e orientações no método de educação dos alunos surdos. Abrimos nosso trabalho com algumas discussões acerca do currículo na inclusão do aluno com necessidades especiais, no que diz respeito ao ensino pedagógico.

Em seguida, vamos relatar os discursos e os valores do currículo na prática de aprendizado do aluno surdo. E por fim, abordaremos as políticas que envolvem o currículo a formação do mesmo. Tendo em vista os métodos a serem conduzidos de forma viável no processo de inclusão, no que se refere à participação do aluno surdo no ambiente escolar.

Partindo dos enfoques teóricos de Hessel (2006) que trata sobre o currículo de Línguas de Sinais, Silva (1995) que enfatiza o currículo na aprendizagem do aluno surdo, A declaração de Salamanca (1994) que se refere a estrutura e ações voltadas para a inclusão de alunos especiais.

Ao longo deste trabalho propomos contribuir para que a educação de alunos surdos nas escolas regulares seja abordada como um enfoque didático com ações práticas de ensino, tendo como base central desta discussão o currículo. No qual orienta os pedagogos a se trabalhar a identidade da pessoa surda no contexto escolar.



II CINTEDI

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE
EDUCAÇÃO INCLUSIVA
II Jornada Chile Brasileira de Educação Inclusiva

1. CURRÍCULO: INCLUSÃO NO FAZER PEDAGÓGICO

O processo de formulação de currículo envolve etapas que englobam relações inclusivas e comprometidas com um ensino produtivo e não em obter somente a organização do conteúdo a ser trabalhado durante o decorrer do ano letivo. Como nos diz Silva (p. 184, 1995) “o conjunto de todas as experiências de conhecimento proporcionadas aos/às estudantes”. Ou seja, esse conjunto perpassa este processo de organização e engloba formulas e estratégias eficazes para fazerem relações com o processo de inclusa.

Obtendo, assim o engajamento da equipe pedagógica na reestruturação do ensino/aprendizagem dos alunos surdos incluídos de forma realmente presencial na sala de aula, sem que seja omitido e com direito a aprendizagem, proporcionando-lhe o auxílio de um interprete quando for solicitado pelo docente, uma vez que o curso de especialização de LIBRAS proporcionaria aos docentes um contato mais humanizado com seus alunos surdos. Silva (1995) mais uma vez nos remete a pensar sobre o currículo quando escreve:

O currículo (...) está no centro mesmo da atividade educacional. Afinal, a escola não está apenas histórica e socialmente montada para organizar as experiências de conhecimento de crianças e jovens como o objetivo de produzir uma determinada identidade individual e social. Ela, de fato (...) funciona dessa forma. Isto é o currículo constitui núcleo do processo institucionalizado de educação. (SILVA, 1995, p. 184)

De fato o engajamento dos profissionais da educação na elaboração do currículo tradicional, que faz parte da cultura escolar é de suma importância para a organização e orientação dos mesmos, no entanto, no ensino produtivo, o currículo não pode ser dotado somente de conteúdos, parte quantitativa do ensino é deixada de lado, pois a realidade dos alunos faz da parte qualitativa do processo ensino/aprendizagem, em que se trabalhar a forma sensata e consciente do contexto social da escola. Santos (2003) diz que:

Uma instituição educacional ressignificada dentro do paradigma inclusivo necessita compreender, portanto, que não é a quantidade de conteúdos que garante uma boa formação, mas sim todo um conjunto de fatores: pedagógicos, culturais, sociais... Esta instituição ressignificada admite a necessidade de se promover uma ruptura com o “conteudismo”, ou seja, com a postura que prioriza a quantidade em detrimento do trabalho de qualidade. (SANTOS, 2003, p. 81).



II CINTEDI

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE
EDUCAÇÃO INCLUSIVA
II Jornada Chile Brasileira de Educação Inclusiva

Desde que haja o comprometimento da instituição com a ruptura da forma tradicional de ensino voltado para o exercício de conteúdos, a instituição deve abrir um espaço para a reflexão em que é preciso contemplar novas propostas para o ensino para envolver a inclusão do aluno surdo, tornando a aprendizagem atraente em seu aspecto de qualidade.

Para garantir ao alunado uma vida escolar que envolva os aspectos culturais, sociais, éticos e morais, tornando-os cidadãos críticos e hábeis na sociedade. Conforme o MEC-SEESP (1998) ao se promover atitudes práticas na atuação do pedagogo em despertar a criatividade, senso investigativo, humanidade e competência de seus alunos, a Inclusão não significa, simplesmente, inserir os educandos com necessidades especiais em classe comum, ignorando suas necessidades especiais, mas também significa dar ao professor e à escola o suporte necessário à sua ação pedagógica. Garantido o direito da formação continuada aos professores para melhor atingirem as estratégias de ensino, que possibilitem melhor atender as necessidades de cada aluno especial, dando-lhe o suporte teórico e prático voltados para a realização de sua ação pedagógica significativa, incentivando os alunos surdos a seguirem seus estudos no seu espaço social, integrando-o na sociedade.

Com incentivos, o aluno surdo pode aprender a se comunicar tanto por meio de sinais como pela forma escrita como sugeri o método de comunicação de bilinguismo, que propõem de forma centrada a inclusão desde aluno no contexto social. Goldfeld (2002, p.42) diz que “O bilinguismo tem como pressuposto básico que o surdo deve ser bilíngüe, ou seja, deve adquirir como língua materna a língua de sinais, que é considerada a língua natural dos surdos e, como segunda língua, a língua oficial de seu país”.

A utilização deste método assegura o aluno surdo aos processos de aprendizagens tanto em LIBRAS que é a língua de sinais a ser aprendida como primeira língua, respeitando sua condição de surdo que lhe é sua língua esta natural, como a aprendizagem da língua oficial de seu país, o português na modalidade escrita. Goldfeld (2002, p.43) também retrata: “O conceito mais importante que a filosofia bilíngüe traz é de que os surdos formam uma comunidade, com cultura e língua própria”. Dessa forma, os surdos podem estudar, trabalhar e ter uma vida social como as dos ouvintes, sem precisar atribuir desde o período escolar, estando este fator estabelecido pelos pedagogos no processo de inclusão presente no currículo.

Hessel (2006) reforça essa afirmação quando escreve sobre como se trabalhar às estratégias com o método bilíngüe:



II CINTEDI

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE
EDUCAÇÃO INCLUSIVA
II Jornada Chile Brasileira de Educação Inclusiva

Acerca do trabalho pedagógico no currículo para surdos, voltado aos alunos surdos, devemos considerar um trabalho desenvolvido em um ambiente bilíngue, em um espaço em que se utilize a Língua de Sinais e a Língua Portuguesa. A educação bilíngüe para surdos deve acontecer em período diurno ou noturno, isto é, no contraturno dos estudos desses alunos. (HESSEL, 2006, p. 50).

A produção do currículo é viável pelo método bilíngue para se trabalhar com crianças surdas desde as séries iniciais, adequando-as ao ensino com produtividade e qualidade na absorção dos conteúdos ministrados, e respeitando sua cultura. Ajudando na construção de sua identidade surda para que elas possam assumir sua condição surda, com o incentivo e comprometimento por uma proposta pedagógica que faz o encontro entre orientações metodológicas e os fundamentos teóricos, ambos necessários para a articulação de uma educação inclusiva.

2. DISCURSOS E VALORIZAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS DO CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO DE SURDOS

A vinculação do discurso no ambiente escolar requer ação e competência para que não caia em contradição, uma vez que os métodos utilizados precisam estar em coerência com as práticas de ensino, com isto, a valorização das competências presentes no currículo possam entrar em vigor testemunhando as habilidades do fazer pedagógico no setor de inclusão do aluno surdo ao contexto escolar de ensino produtivo e de qualidade.

O tema sobre educação veiculado com a inclusão precisa ter cada vez mais pesquisas e interesse de pessoas voltadas com o bem-estar social do aluno surdo, com propostas viáveis para atender as necessidades da clientela ao longo de sua vida escolar, pois todo aluno surdo almeja passar para a série seguinte, e no caso das disciplinas específicas não pode ser diferente, o processo de inclusão deve permanecer incorporado com a proposta do ensino como estabelece os escritos dos parâmetros curriculares nacionais. Como no caso da produção dos parâmetros curriculares nacionais para o ensino, cuja participação de pesquisadores de ensino de disciplinas específicas exigiu acordos, e incorporação de outros discursos ao corpo teórico da proposta (Lopes, 2004).

Neste sentido é preciso à construção de novas bases com foco em concepções de inclusão prática para a comodidade do aluno tirando o discurso do papel e o tornando ativo com ações voltadas para o desenvolvimento do aluno surdo por parte do corpo docente. Em

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br



II CINTEDI

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE
EDUCAÇÃO INCLUSIVA
II Jornada Chile Brasileira de Educação Inclusiva

que a educação é o elemento constitutivo da pessoa e que deve estar presente desde o momento em que ela nasce, como no meio e na condição de formação, desenvolvimento, integração social e realização pessoal (Plano Nacional de Educação, 2000). Fazendo com que o indivíduo se torne apto para viver em sociedade como suas limitações, mais lhe condicionando a ser integrado a sociedade por meios de suas competências e realizações pessoais com incentivos por parte de uma inclusão consciente da escola.

De acordo com Santos (2003, p.78) que faz ressalva ao processo inclusão pelas lutas e documentos constituídos para amenizar a discriminação diária que os portadores enfrentam “no campo educacional, a inclusão vem sendo refletida em vários documentos nacionais, especialmente a partir de 1994, quando a Declaração de Salamanca passou a utilizar o termo aplicando-o *também* à luta contra a discriminação e exclusão dos deficientes”.

A Declaração de Salamanca (1994, p.8-9) trás em seu contexto estruturas de ações para que a escola acomode todas as crianças independentes de sua condição física assegurando o direito das “crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas devem se adequar [...]” com a construção de “meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos [...]”.

A escola tem o dever de si adequar as necessidades de seus alunos e não o aluno se adequar ao padrão existente da escola, tornando capaz o acesso do aluno surdo as dependências escolares, combatendo as atitudes de discriminação que possam surgir para construir com o entendimento de todos os envolvidos numa busca de uma sociedade benéfica e inclusiva. Silva (1999, p. 207) afirma que “Uma estratégia de descolonização do currículo supõe, evidentemente, o projeto, a construção e a elaboração de novos materiais que possam refletir as visões e representações alternativas dos grupos subordinados”.

A formulação do currículo estando bem elaborada e comprometida em atender de forma clara e objetiva as necessidades dos alunos portadores de surdez, tornando sua convivência facilitada pela equipe pedagógica e toda comunidade escolar no processo contínuo de ensino/aprendizagem equilibrando as ações e as práticas, tornando possível o desenvolvimento destes alunos surdo não só na compreensão e na absorção dos conteúdos ministrados durante sua vida escolar, mas também na convivência em sociedade.

Conforme a pesquisa de Márcia Lunardi (1998), “A maioria dos educadores ouvintes desconhece ou conhece muito pouco a estrutura da Língua de Sinais, ao discutir a questão do

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br



II CINTEDI

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE
EDUCAÇÃO INCLUSIVA
II Jornada Chile Brasileira de Educação Inclusiva

currículo na visão dos surdos”. Para a pesquisadora, o currículo deveria ser elaborado e organizado também pela experiência dos professores surdos, na educação dos alunos surdos, pois estes conhecem melhor a realidade que estão inseridos e que sofrem resistência clara ao poder dos professores ouvintes.

3. POLÍTICAS CURRICULARES PARA A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO DO ALUNO SURDO

O currículo, hoje em dia, está assumindo uma centralidade nas políticas educativas no mundo globalizado. Já que as reformas educacionais são constituídas por várias ações que compreendem as mudanças nas legislações, nos métodos de financiamento, na relação entre as distintas instâncias do poder oficial, que embasa o poder central, estados e municípios; na gestão das escolas, nos dispositivos de controle da formação profissional, inclusive a formação docente, e por fim, na instituição de processos de avaliação centralizada nos resultados.

Neste sentido, Sacristán (2000) diz que:

Entender o currículo num sistema educativo requer prestar atenção às práticas políticas e administrativas que se expressam em seu desenvolvimento, às condições estruturais, organizativas, materiais, dotação de professorado, à bagagem de idéias e significado que lhe dão forma e que o modelam em sucessivos passos de transformação. (SACRISTÁN, 2000, p.21)

Essas mudanças nas políticas curriculares têm maior destaque, a ponto de serem avaliadas como se fossem em si a reforma educacional. De um lado, o currículo assume o foco central da reforma, e por outro, as escolas são limitadas à sua capacidade de executarem as orientações curriculares oficiais, ou não. Assim, o currículo oficial assume um enfoque de caráter prescritivo. Por isso, o meio educacional se mostra refém dessa armadilha e se envolve da seguinte maneira: os dirigentes questionam as escolas por não seguirem as políticas oficiais, e os educadores criticam o governo por produzir políticas que as escolas não conseguem executar. Pensando nisso, Sacristán (2000) fala que:

Um aspecto específico da política educativa, que estabelece a forma de selecionar, ordenar e mudar o currículo dentro do sistema educativo, tornando claro o poder e a autonomia que diferentes agentes têm sobre ele,

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br



II CINTEDI

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE
EDUCAÇÃO INCLUSIVA
II Jornada Chile Brasileira de Educação Inclusiva

intervindo dessa forma, na distribuição do conhecimento dentro do sistema escolar e incidindo na prática educativa, enquanto apresenta o currículo a seus consumidores, ordena seus conteúdos e códigos de diferente tipo. (SACRISTÁN, 2000, p.109)

A política curricular é constituída de propostas e práticas curriculares, assim, devido a esta constituição, não é possível separá-las, e nem considerar suas inter-relações. As políticas curriculares não se resumem apenas aos documentos escritos, mas também se incluem os processos de planejamento, vivenciados e reconstruídos em múltiplos espaços, e por múltiplos sujeitos no corpo social da educação.

A política sobre o currículo é um condicionamento da realidade prática da educação que deve ser incorporado ao discurso sobre o currículo; é um campo ordenado decisivo, com repercussões muito diretas sobre essa prática e sobre o papel e margem de atuação que os professores e os alunos têm da mesma. (SACRISTÁN, 2000, p.107)

Assim, o poder privilegiado que a esfera do governo possui na produção de sentidos nas políticas, considera as práticas e propostas desenvolvidas nas escolas também são produtoras de sentidos para as políticas curriculares.

A prática a que se refere o currículo [...] é uma realidade prévia muito bem estabelecida através de comportamentos didáticos, políticos, administrativos, e econômicos, etc., através dos quais se encobrem muitos pressupostos, teorias parciais, esquemas de racionalidades, crenças, valores, etc., que condicionam a teorização sobre o currículo [...]. (SACRISTÁN, 2000, p.13)

Segundo Rocha (2001) o currículo é uma das formas utilizadas pelo governo para controlar a educação no país, assim:

[...] o currículo foi nessa nova legislação objeto de profundas transformações. A fim de que a política curricular pensada para o país, que é em essencial uma política do conhecimento oficial, pudesse ter a base legal que garantisse a sua implementação, o (a) legislador (a) não só tratou de investir na concepção de currículo, como também no próprio desenho que o mesmo passaria a ter. (ROCHA, 2001, p.109-110)

O governo se utiliza desta prática, pois precisa de algumas garantias ou retorno de seu investimento na Educação, uma vez que as políticas voltadas para a formação do currículo exigem várias etapas e investimentos financeiros para se concretizarem. Neste sentido, o



II CINTEDI

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE
EDUCAÇÃO INCLUSIVA
II Jornada Chile Brasileira de Educação Inclusiva

governo pode estabelecer normas e regras para as escolas seguirem a risca o que se perde no currículo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

As discussões expostas pelo o nosso trabalho teve como intuito abordar a relação do currículo na construção de aprendizagem do aluno surdo no contexto escolar, já que as práticas curriculares influenciam bastante na educação deste aluno.

Neste cenário escolar, onde a criança surda era excluída e privada de direitos previstos por lei, o aluno surdo sofria muito devido suas limitações, no entanto, hoje, com uma nova abordagem sobre o tema de inclusão nas escolas ocorreram diversas mobilizações por parte dos educadores para conter essa transgressão pedagógica refere à escola, que não permitia a matricula destes alunos especiais.

Com os avanços das práticas educacionais acerca de estudos inerentes a língua de sinais (Libras) e o método bilinguismo em que ambos ressaltam o processo de ensino e aprendizagem dos alunos surdos, favorecendo a formação de intérprete de libras nas escolas para facilitar a adaptação dos alunos surdos em sala de aula, sendo possível uma reflexão educacional entendida e norteada na elaboração do currículo.

Contudo, as abordagens feitas através dessa temática prioriza a participação do aluno surdo no ambiente escolar para fazê-lo apto ao processo ensino/aprendizagem, respeitando sua cultura e suas limitações, uma vez que o professor é essencial na construção da perspectiva em si trabalhar a educação de surdos no contexto escolar.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Ministério da Educação (2000) **Plano Nacional de Educação**. Brasília: MEC.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial**, 1998.

GOLDFELD. Márcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interativa**. 7º Ed. – São Paulo: Plexus Editora, 2002.

HESSEL. Carolina Silveira. **O currículo de Língua na Educação de Surdos**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br



II CINTEDI

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE
EDUCAÇÃO INCLUSIVA
II Jornada Chile Brasileira de Educação Inclusiva

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth (orgs). **Políticas de currículo:** mediação por grupos disciplinares de ensino de ciências e matemática. Currículo de ciências em debate. Campinas – SP, Papirus, 2004.

LUNARDI, Márcia. **Educação de surdos e currículo:** um campo de lutas e conflitos. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) _ Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

ROCHA, Genylton O. R. **A política do conhecimento oficial e a nova geografia dos(as) professores(as) para as escolas brasileiras** (O ensino de geografia segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais). São Paulo, 2001. (Tese de Doutorado)

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O Currículo:** uma reflexão sobre a prática. 3ª ed. Porto Alegre: ARTMED, 2000.

SANTOS, Mônica Pereira dos. **O papel do ensino superior na prospeção de uma educação inclusiva:** Revista Movimento – Revista da Faculdade de Educação da UFF – n. 7, Maio de 2003 – PP. 78-91.

SILVA, Tomás Tadeu. (1995) Os novos mapas Culturais e o Lugar do Currículo numa Paisagem Pós-moderna. In: SILVA, T.T. & MOREIRA, A. F. (eds) **Territórios Contestados – o currículo e os novos mapas políticos e culturais.** Petrópolis, Vozes, cap. 8.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **O currículo como fetiche:** a poética do texto curricular. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais.** Brasília: CORDE, 1994.

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

